

Este é o momento em que, para um prazo de 10 anos, temos de decidir o que fazer deste território de 137,7 km².

Este território foi-nos transmitido por gerações anteriores. Nós vamos transmiti-lo a gerações futuras. Temos, por isso uma grande responsabilidade nas decisões que tomamos.

O nosso tempo, especialmente os últimos 30 anos, tem sido moldado pelos ventos do NE.

- Esquecemo-nos de que para viver é preciso produzir
- Temos acesso a um grande número de coisas de que não precisamos
- Habitamo-nos a ter o que nem sabemos como se faz
- Criamos grandes desequilíbrios entre o que consumimos e o que produzimos

Tudo isto e muito mais é possível porque há 30 anos entramos no club dos ricos. Mas como sempre na vida os ricos, quase sempre, na mudança de gerações deixam de ser ricos.

Estes ventos do NE podem virar para SW. O desequilíbrio a nível mundial não vai durar sempre. Os países mais pobres serão menos pobres no futuro.

Pode acontecer e certamente acontecerá, no futuro, que esta cómoda situação que hoje temos seja posta em causa. Neste caso, este território que alimentou durante séculos as gerações que nos precederam volte a ser fundamental. Nós não temos o direito de delapidar um recurso escasso – o território – em desfavor das gerações futuras.

Pode não acontecer na nossa geração, nem na da que nos sucede, mas as precauções de defesa nacional recomendam que se guarde uma reserva de sobrevivência.

Sabemos que hoje não utilizamos o território com fins produtivos – temos uma agricultura como actividade complementar, não ligamos à floresta e temos uma actividade industrial incipiente. Vivemos praticamente dos serviços que prestamos – onde o turismo tem um lugar fundamental – e de prestações de reforma.

Mas, também, este modelo pode facilmente entrar em colapso se a economia europeia vier a colapsar. Nem é preciso sonhar muito para ver o que aconteceu quando o sistema bancário constipou e a economia portuguesa espirrou. Foi possível tomar umas aspirinas e as coisas lá se vão recompondo...

Foi este o quadro de fundo que enformou este PDM que hoje estamos a apreciar. Uma preocupação grande em evitar a fragmentação territorial e os custos associados, uma preocupação grande em aproveitar os espaços infra estruturados e uma preocupação grande em projectar o concelho.

Só com novos espaços para construção que prevemos poderemos alojar mais 10 mil pessoas em 10 anos. Seria muito bom que atingíssemos este objectivo.

Uma aposta clara no turismo. Sabendo nós que não temos uma estrutura fundiária que acomode uma agricultura de mercado e sabendo que não dispomos de uma dinâmica empresarial de ponta devemos aproveitar os recursos naturais para projectar o nosso concelho.

Tivemos essa preocupação ao admitir algumas UOPG's vocacionadas para o Turismo, ao prever a actividade turística quer dentro dos espaços urbanos, quer mesmo em espaços florestais ou de REN.

Tivemos, apesar de tudo, a preocupação de relançar o espaço industrial, prevendo uma nova zona industrial e a ampliação com infra estruturas adequadas da Área Empresarial da Gelfa. Daremos prioridade em termos de Plano de Pormenor a estes espaços.

Sobretudo tivemos a preocupação de não estragar o que de bom tem o nosso território por que esse é o capital de que dispomos para viver – nós e as gerações que nos sucederão.

Este é um dos exemplos de decisões em que deve haver o maior consenso possível. Não se trata das opções do partido A ou do partido B. Trata-se de tomar as decisões desta geração para o seu para o nosso concelho.

Tivemos esta preocupação sempre presente. Logo de início quando aceitamos as opções estratégicas que tinham sido tomadas pelo anterior executivo, aprovadas na 1ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Caminha – 9 de Julho de 2010. Tivemos esta preocupação quando aceitamos as propostas de REN e RAN bruta que tinham sido apresentadas, incluindo as propostas de exclusão. Batemo-nos por elas e conseguimos a sua aprovação.

Desde muito cedo demos a conhecer as propostas que estavam em cima da mesa. Apresentamo-las e discutimo-las com todas as Juntas de Freguesia. Acolhemos todas as sugestões que não

colidiam com as servidões a que estávamos sujeitos. Fizemos uma discussão pública o mais plural possível. Analisamos, criteriosamente, todos os contributos. Acolhemos cerca de metade das preocupações. Só não acolhemos o que era incompatível com as restrições que nos são impostas. Estamos, por isso, em condições de decidir, em consciência. Estão reunidas as condições para que a decisão seja o mais consensual possível. Esperamos com a colaboração de todos. As gerações futuras agradecerão.